

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

VI Simpósio do Autismo em Mato Grosso aborda autonomia e fortalecimento da rede de apoio

Assembleia Legislativa realiza evento com especialistas para debater desafios e políticas públicas para pessoas com TEA

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), coordenada pelo deputado estadual Wilson Santos (PSD), promove a sexta edição do Simpósio do Autismo com o tema "Autonomia se constrói com apoio". O evento, realizado no Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, estende suas atividades até as 18 horas desta segunda-feira (22).

A programação abrange discussões sobre diversos aspectos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluindo os obstáculos enfrentados por famílias diante da carência de políticas públicas, desenvolvimento da autonomia na infância, questões genéticas do transtorno, direitos fundamentais de pessoas autistas, manifestações do autismo em mulheres e sinais precoces da condição.

O professor Luiz Alexandre Barbosa de Freitas, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), apresentou palestra sobre a construção da autonomia na primeira infância. Segundo o educador, intervenções precoces são determinantes para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais nas crianças.

Conforme Freitas, a autonomia não ocorre naturalmente, mas resulta de um processo contínuo que envolve orientação, acolhimento e estímulo da família, instituições escolares e profissionais da saúde. "Pequenas ações cotidianas, como permitir que a criança explore o ambiente e participe de escolhas simples, fortalecem a confiança e a capacidade de decisão", explicou o professor.

O especialista enfatizou a necessidade de implementar políticas públicas e práticas educacionais mais adequadas ao desenvolvimento infantil, particularmente para crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, garantindo oportunidades inclusivas de aprendizado dentro das potencialidades individuais.

O pediatra e geneticista Marcial Francis Galera apresentou um panorama sobre a base genética dos transtornos do espectro autista. Conforme o especialista, compreender os aspectos genéticos do TEA, principalmente nos casos síndrômicos, é fundamental para identificar condições associadas e orientar melhor o acompanhamento clínico.

Galera explicou que no TEA síndrômico o autismo não se manifesta isoladamente, mas acompanhado de outras alterações físicas, cognitivas ou comportamentais. A investigação genética específica torna-se especialmente importante em casos complexos sem alterações físicas evidentes, possibilitando diagnósticos mais precisos e aconselhamento genético às famílias.

Julien Steffani da Silva Carmo, mãe de quatro filhos com TEA, compartilhou os desafios vivenciados por famílias com múltiplas crianças autistas. Ela apresentou um projeto social desenvolvido em escolas municipais, faculdades, igrejas e espaços comunitários, focado em acolhimento e orientação a mães de crianças autistas.

A iniciativa oferece suporte e acompanhamento às famílias, buscando fortalecer o cuidado, promover desenvolvimento infantil e ampliar a rede de apoio às pessoas que convivem com TEA. "Apesar das dificuldades, desistir nunca é uma opção", reforçou Julien Steffani.

O deputado Wilson Santos destacou que a Assembleia Legislativa cumpre papel crucial na defesa das pessoas com TEA, aprovando legislação e cobrando implementação de compromissos públicos. Entre demandas pendentes figura a implantação do Centro de Diagnóstico para autismo e dislexia e a conclusão da Casa do Autista, obra paralisada nas dependências da antiga Escola Nilo Póvoas em Cuiabá.

Santos informou que a Casa de Leis já aprovou mais de 30 leis sobre a temática. Ele defendeu a articulação entre representantes da saúde, educação, familiares e especialistas para ampliar discussões e fortalecer a rede estadual de atendimento às pessoas com TEA.

Estima-se que mais de 2 milhões de brasileiros convivam com Transtorno do Espectro Autista. Este número reforça a urgência de expandir discussões e implementar políticas públicas direcionadas. Prioridades incluem disseminar informações em todos os municípios e garantir cumprimento da Lei nº 12.764, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA.